

ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DA LEI DOS 60 DIAS ENTRE AS REGIÕES BRASILEIRAS: UM PANORAMA EPIDEMIOLÓGICO DA PROFILAXIA AO CÂNCER DE MAMA NO PAÍS

CONGRESSO BRASILEIRO DE PREVENÇÃO AO CÂNCER, 1ª edição, de 11/04/2025 a 12/04/2025
ISBN dos Anais: 978-65-5465-146-2

SANTOS; Lethícia de Souza¹, NUNES; João Victor Albuquerque Resende²

RESUMO

Introdução: A Lei dos 60 Dias (Lei 12.732/2012) assegura o início do tratamento oncológico no Sistema Único de Saúde (SUS) em até 60 dias após o diagnóstico de câncer. Contudo, sua aplicação varia nas regiões do Brasil, refletindo desigualdades no sistema de saúde e na organização dos serviços. Este estudo analisa as diferenças regionais na implementação da lei, considerando as iniciativas locais, os desafios enfrentados e os impactos no atendimento ao paciente oncológico, além da ampliação pela Lei 13.896/2019, que estabelece um prazo máximo de 30 dias para a realização dos exames necessários ao diagnóstico. **Objetivo:** Comparar a aplicação prática da Lei dos 60 Dias no Brasil. **Metodologia:** Estudo observacional utilizando dados do Sistema de Informações do Câncer (SISCAN) do DATASUS. A análise considerou o intervalo entre a data do exame diagnóstico e o início do tratamento para a Neoplasia Maligna de Mama (CID C50) nas cinco regiões do Brasil, no período de 2015 a 2024. **Resultados/Discussão:** Nos últimos 5 anos, foram realizadas 283.039 mamografias diagnósticas para neoplasia maligna de mama no Brasil, com diferentes tempos para início do tratamento. Ao todo, 49.331 tratamentos começaram em até 30 dias, 46.755 entre 31 e 60 dias, e 121.263 após 60 dias. Além disso, em 65.690 dos casos, não obteve-se informações sobre o início do tratamento. O Sudeste foi a região com o maior número de tratamentos iniciados dentro do prazo legal (41.449), seguido pelo Sul (23.171). As regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram as menores taxas, com 3.939 e 4.930 tratamentos iniciados no prazo, respectivamente. O Nordeste teve desempenho intermediário (22.597 tratamentos). Esses dados evidenciam desigualdades regionais. Fatores como infraestrutura de saúde e distribuição de recursos influenciam essas disparidades. Enquanto Sudeste e Sul apresentaram maior conformidade com os prazos, as regiões Norte e Centro-Oeste enfrentaram maiores dificuldades. A implementação da Lei 13.896/2019 ainda não se refletiu nos dados, sugerindo a necessidade de monitoramento e aplicação mais eficazes. **Conclusão:** A análise da aplicação da Lei dos 60 Dias no Brasil mostra disparidades regionais que impactam a eficácia do tratamento oncológico e a equidade no acesso à saúde. O Sudeste e o Sul apresentaram melhores resultados, enquanto o Norte e o Centro-Oeste enfrentam desafios consideráveis. A falta de informações sobre o início do tratamento é um desafio ao estudo. Os resultados indicam a necessidade urgente de melhorar a infraestrutura de saúde nas regiões mais desfavorecidas, aprimorar a qualidade dos registros e garantir uma aplicação mais uniforme da legislação. A implementação plena das leis 12.732/2012 e 13.896/2019 é essencial para garantir o acesso ao tratamento oncológico dentro dos prazos e reduzir as desigualdades no sistema de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Lei dos 60 dias, Disparidades Regionais, Tratamento Oncológico, Sistema Único de Saúde

¹ Universidade Federal de Alagoas, lethicia.santos@famed.ufal.br

² Universidade Federal de Alagoas, joao.nunes@famed.ufal.br